

ESP-DEP DE ADMIN DA REGIÃO IV - DAR-IV

Termo de Referência 19/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2026	990061-ESP-DEP DE ADMIN DA REGIÃO IV - DAR-IV	PATRICIA ROSANA FERRAZ TEIXEIRA	06/05/2026 15:17 (v 0.7)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	336/2026	017.00043377/2026-76

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo - materiais elétricos, peças para instalação de ar condicionado e peça de reposição para ar condicionado, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Materiais	Unidade de medida	Código Bec	Código Compras	Qtde	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	Cabo PP 4 vias 2,5 MM RCM Preto	metro	4201787	401839	15	14,34	215,15
2	Cabo PP 4 vias 2,5 MM RCM Verde	metro	4201817	401837	50	14,87	743,50
3	Cabo PP 5 X 1,5mm	Rolo 100 metro	5357683	472307	1	185,10	185,10
4	Disjuntor 25AM Bipolar	unidade	1426362	621980	05	28,00	140,00
5	Tubo de Cobre 3/4	metro	2280388	387676	07	592,00	4.144,00
6	Tubo de Cobre 3/8	metro	5422086	338624	08	311,14	2.489,09
7	Tubo de Cobre 5/8	metro	5766796	627679	01	516,04	516,04
8	Mangueira 3/4 Cristal	metro	5158931	328049	85	18,95	1.611,03

9	Mangueira de Cristal Dreno 1/2 x 2M	metro	6025960	328047	15	11,80	176,95
10	Coxim de Borracha (coxim Podium)	unidade	6263330	461921	24	13,66	327,92
11	Barra Roscada de ¼ c/porca e arruela	unidade	5265835	620917	24	9,43	226,32
12	Barra Roscada 3M 3/8-16 UNC c/porca e arruela	unidade	4126807	618239	03	19,56	58,68
13	Parabolt ¼ c/parafuso	unidade	6072119	376091	16	1,77	28,32
14	Parabolt 3/8 x 3.1/2 c/parafuso	unidade	5390877	421686	08	3,74	29,92
15	Parafusos N ° 10	unidade	6178316	458102	25	2,66	66,42
16	Capacitor 40 UF + 5% 500 VAC	unidade	6162720	330311	05	23,50	117,50
17	Fita PVC	pacote	5413443	418894	16	48,94	783,04
18	Fita Térmica Branca – Rolo 6079318	unidade	6069029	348053	06	38,82	232,90
19	Fita Silver Tape Branca 449828	unidade	5200407	374159	07	56,23	393,61
20	Kit Suporte para condensadora de 60 K	unidade	6068022	440570	04	140,99	563,97
21	Botija de Fluido refrigerante R-32	unidade	6508120	603589	01	424,78	424,78
22	Abraçadeira 0,70 (Ziptai)	pacote 100 Unidades	4120582	631859	01	79,13	79,13
23	Vergalhão ½	unidade	4823834	428699	04	137,26	549,06
24	Porca p/ barra roscada ½ - 6403174	Pcte 50 Unds	640317	485985	01	82,50	82,50
25	Arruela 1/2	Pcte 50 Unds	4524306	405480	01	43,50	43,50
26	Porca Sextavada 3/8 zincado Branco	Pcte 50 Unds	6024408	630084	01	76,00	76,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, após emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. 1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente aquisição trata de peças de reposição e itens necessários à instalação e realocação de aparelhos de ar condicionado nas unidades regionais do Departamento de Administração da Região IV, pois tais equipamentos são essenciais para o adequado funcionamento dos setores administrativos, garantindo condições mínimas de conforto térmico aos servidores e à população atendida.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se descrita abaixo:

3.1.1. ITEM 1 - Cabo Elétrico, Cobre Nu, Tempera Mole, Classe 5, 2.5mm², Preto

Especificação Técnica: Cabo Elétrico; Fios de Cobre Nu, Tempera Mole, Extra Flexível, Encordoamento Classe 5; Seção Nominal 2,5 Mm², Diâmetro Externo Nominal Máximo 3,5 Mm e Peso Líquido Nominal Máximo 29 Kg/km; Isolamento Em Termoplástico Vegetal Biopolietileno Com Dupla Camada de Poliolefinico Não Halogenado; 450/750v, Não Propagação e Autoextinção de Fogo, Baixa Emissão de Fumaça, Gases Tóxicos e Corrosivos; Temperatura Em Serviço Contínuo: 70°C, Em Sobrecarga: 100°C e Em Curto-circuito: 160°C; Com Capa Na Cor Preta, Nbr 13248/2000 e Nbr Nm 60332-3-24/2005;

3.1.2. ITEM 2 - Cabo Elétrico, Cobre Nu, Tempera Mole, Classe 5, 2.5mm², Verde

Especificação Técnica: Cabo Elétrico; Fios de Cobre Nu, Tempera Mole, Extra Flexível, Encordoamento Classe 5; Seção Nominal 2,5 Mm², Diâmetro Externo Nominal Máximo 3,5 Mm e Peso Líquido Nominal Máximo 29 Kg/km; Isolamento Em Termoplástico Vegetal Biopolietileno Com Dupla Camada de Poliolefinico Não Halogenado; 450/750v, Não Propagação e Autoextinção de Fogo, Baixa Emissão de Fumaça, Gases Tóxicos e Corrosivos; Temperatura Em Serviço Contínuo: 70°C, Em Sobrecarga: 100°C e Em Curto-circuito: 160°C; Com Capa Na Cor Verde, Nbr 13248/2000 e Nbr Nm 60332-3-24/2005;

3.1.3. ITEM 3 - Cabo Elétrico Pp, Cobre, Tempera Mole, 4 x S=1, 5mm², Classe 4, Preto

Especificação Técnica: Cabo Elétrico Pp; Em Cobre Flexível, Tempera Mole; 4 Condutores; Com Seção Nominal: 1,5mm²; Classe Encordoamento: Classe 4; Tensão: de Isolação 450/750v; Isolação Em: Composto Termoplástico de Pvc/st1 Retardante de Chama; Temperatura: 70°C; Condutores Nas Cores: Azul, Marrom, Preta e Verde/amarela; Capa Em: Termoplástico Antichama; Na Cor: Preta; Com Certificação Compulsória Inmetro e Abnt Nbr Nm247-3 e Nbr Nm 280;

3.1.4 - ITEM 4 - Disjuntor Termomag.americano, Bipolar, Curva B, 25a, 5ka, Inmetro

Especificação Técnica: Disjuntor; Padrao Americano; Bipolar; Curva B; de 25a; Classe de Interrupcao de 5ka; 127/220v; Com Apresentacao Da Certif.compuls.inmetro;

3.1.5. ITEM 5 - Peca de Rep.p/equipto de Refrigeracao, Tubo de Cobre, 3/4"

Especificação Técnica: Peca de Reposicao para Equipto de Refrigeracao; Tubo de Cobre Flexivel - Soldavel; Medindo 3/4";

3.1.6. ITEM 6 - Tubo de Cobre Flexivel P/ Manut. Equip. Ref. 3/8 Pol

Especificação Técnica: Peca de Reposicao para Equipto de Refrigeracao; Tubo de Cobre Flexivel - Soldavel, Classe 2; Medindo 3/8 Polegada;

3.1.7- ITEM 7 - Suprimentos para Equipamentos de Refrigeracao, Tubo de Cobre 5/8"

Especificação Técnica: Suprimentos para Equipamentos de Refrigeracao; Tubo de Cobre Flexivel; Liga C12200, Recozido Mole; Diametro Externo Nominal 5/8", Espessura Nominal Da Parede: 0,79mm; Pressao de Trabalho Entre 611 e 629psi, Conforme Nbr 7541;

3.1.8- . ITEM 8- Mangueira Flexivel, Pvc, Cristal Transparente, 3/4", 1, 5mm

Especificação Técnica: Mangueira Flexivel; de Pvc; Na Cor Cristal Transparente; Com Diametro de 3/4"; Com Espessura Da Parede de 1,5mm;

3.1.9. ITEM 9 - Mangueira Flexivel Pvc Flexivel, Cor:cristal Transparente, Diam. 1/2"

Especificação Técnica: Mangueira Flexivel; de Pvc Flexivel; Na Cor Cristal Transparente; Com Diametro de 1/2"; Com Espessura Da Parede 1,5mm;

3.1.10. Coxim de Borracha (Coxim Podium)

Especificação Técnica: Tipo: Calço Base;Material: Borracha;Aplicação: Ar Condicionado;Características Adicionais: Com Parafuso E Porca Podium Maciço Vazado;

3.1.11 - ITEM 11 - Barra Roscada, Rosca Total, 3 M, Diametro 1/4"

Especificação Técnica: Barra Roscada; Aco Galvanizado a Fogo; Rosca Total; 3,00 M; 1/4 Polegada;

3.1.12. ITEM 12 - Barra Roscada, de Aço Galvanizado, Rosca Nc, Diâm 3/8"

Especificação Técnica: Barra Roscada; Em Aço Galvanizado; Com Rosca Nc; de Diferentes Comprimentos; Diâmetro de 3/8" Polegada;

3.1.13. ITEM 13 - Chumbador, aço galvanizado,parabolt,1/4

Especificação Técnica: Chumbador Especial, Material: Aço Galvanizado, Tipo: Parabolt, Diâmetro Rosca: 1/4 POL, Comprimento Pino: 1 3/4 POL, Aplicação: Fixação Em Concreto, Características Adicionais: Com Porca/Arruela, Comprimento Rosca: 3/4 POL

3.1.14. ITEM 14 - Chumbador,ferro Galvanizado,parabolt,(3/8" x 2 1/2")

Especificação Técnica: Chumbador; de Ferro Galvanizado; Modelo Parabolt Com Parafuso (3/8" x 2 1/2"), Conforme Normas Abnt/nbr 6943, Iso 49 e En 10242; Classe de Pressao 150, Pressao de Trabalho Ate 120°C de 360lbs, Ate 300°C de 290lbs; Diametro de 2

3.1.15. ITEM 15 - Parafuso Sextavado, Aco Zincado, 10mm Diam, 150mm Comp.

Parafuso Sextavado; Com Diametro de 10 Mm; Com Comprimento de 150 Mm; Rosca de 1,5 Mm; Tipo Inteira, Grossa; Em Aco Zincado; Devendo Ser Entregue Com Porca e Arruela;

3.1.16 - ITEM 16 - Capacitor 3 Polos Alum 40+5uf/5% 440vac

Peca de Reposicao para Condicionador de Ar; Capacitor Duplo Em Aluminio de 3 Polos (4 Terminais Cada Polo); Modelo Cbb65, Da Marca Eos, 40+5uf+-5% Sh, 440vac, Frequencia 50/60hz; Com Prazo de Garantia de No Minimo 12 Meses;

3.1.17. ITEM 17 - Fita de Pvc Autoaderente-nao Adesiva Em Pvc 100 Mm

Especificação Técnica: Suprimentos para Equipamentos de Refrigeracao; Fita de Pvc Autoaderente, Nao Adesiva; Na Cor Branca; para Protecao e Acabamento do Duto de Isolamento Da Tubulacao de Cobre; Espessura de 2 Mm; Medidas: 100mm Largura;

3.1.18 - ITEM 18 - Fita Isolante térmica - Branca

Especificação Térmica, Material: Borracha, Largura: 25 MM, Comprimento: 3 M, Espessura Dorso: 0,76 MM, Espessura Borracha: 0,89 MM, Espessura Total: 1,65 MM, Características Adicionais: Termicamente Estável E Aderente, Com Excelente ReAplicação: Em Condutores De Cobre Ou Alumínio Até 90°C E Tem-Finalidade: Vedação Em Cabos Isolados De Potência /Vedação De

3.1.19 - ITEM 19 - Fita Silver Tape Branca

Especificação Técnica: Fita Adesiva, Material: Papel Crepado, Tipo: Silver Tape, Largura: 45 MM Comprimento: 25 M, Cor: Branca, Aplicação: Multiuso

3.1.20 - ITEM 20 - Suporte para Condicionador de Ar 600x600mm Espessura 1, 9mm Branco

Especificação Técnica: Suporte para Condicionador de Ar; Em Chapa de Aco Carbono, Com Pintura Eletrostatica Na Cor Branca (pintura a Po); Tipo Perfil U, Externo; Nas Dimensoes de 600 x 600 Mm (a x C); Espessura Da Chapa de 1,9 Mm; Deve Acompanhar Conjunto de Acessorios para Instalacao Na Parede e Fixacao do Equipamento; para Condensadora de Ar Ate 60.000 Btus; Capacidade de Carga de Ate 105 Kg;

3.1.21 - ITEM 21 - Gas Refrigerante R32, Cilindro Descartavel, Equip Refrigeração

Especificação Técnica: Gas Refrigerante; R32; Acondicionado Em Cilindro Descartavel, Com Informacoes do Produto; Conforme: Norma Abnt / Nbr 14725 e Resolucao Conama 267; Aplicacao Em: Equipamentos de Refrigeracao; Contendo Ficha de Informacao de Seguranca do Produto Quimico - Fspq;

3.1.22 - ITEM 22 - Abraçadeira de Fixação, de Nylon, Medindo: 300mm x 4, 8mm, de Cor Preta

Especificação Técnica: Abraçadeira de Fixação; de Poliamida; para Utilizar Em Amarração e Fixação de Chicotes e Cabos; Na Cor Preta; para Ser Entregue Com Auto Travamento, Resistência a Temperatura Mínima de -40°C e Máxima de +100°C; Com Diâmetro de 4,8mm x 300mm;

3.1.23 - ITEM 23 - Barra Maciça Metais Ferrosos, Aço, Redondo, Vergalhão, 12m, 1/2", Nervurado

Especificação Técnica: Barra Maciça Metais Ferrosos; de Aço; No Formato Redondo; do Tipo Vergalhão; Com Comprimento de 12 Metros; Medindo 1/2" de Diâmetro; Devendo Ser Entregue Com Acabamento Nervurado; para Ser Utilizada Em Construção Civil;

3.1.24 - ITEM 24 - Porca Sextavada Flangeada de Latão 1/2 Pol. Rosca

Conexão; Porca Sextavada, Flangeada; de Latão; Diâmetro Externo de 1/2 Polegada; Rosca; para Para Junção de Tubos de Cobre;

3.1.25 - ITEM 25 - Arruela, Aço, Di 1/2 Polegada, de 22 Mm

Especificação Técnica: Arruela; de Aço Sae J403 1055 Ou 1065, Dureza de 38 a 46 Hrc; de Pressão, Série Regular; Diâmetro Interno de 1/2 Polegada, Mínimo 12,75 Mm e Máximo 13,00 Mm; Diâmetro Externo de 22 Mm; Espessura de 3,175 Mm; Acabamento Superficial Astm B695 Classe 5 Zincado; Dimensões e Tolerâncias Conforme Norma Ansi B18.21.1;

3.1.26 - ITEM 26 - Porca Sextavada, Aço Sae 1045/1050 - Bicromatizada, Rosca 3/8" - Unc

Porca para Parafuso Rosca Unc; de Aço Sae 1045/1050, Bicromatizada; Sextavada; para Rosca Com Diâmetro de 3/8; 16 Fios /polegada; Ansi b 18;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 O fornecedor deverá atender aos critérios de sustentabilidade, nos termos da Lei federal nº 14.133/2021 e demais legislação normativa pertinente, observando os requisitos com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Garantia da contratação

4.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) úteis dias, contados da data de recebimento, por meio eletrônico, da nota de empenho, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Afonso Pena nº 4-50 - Andar 1 – Jardim Bela Vista, Bauru/SP, em dias úteis, das 8h30min às 11h30min e da 14h00min às 17h00min. Contato: kjzpanetti@fazenda.sp.gov.br; Telefone: (14) 3205-5826.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.(Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.8.1.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis: a) o prazo de validade;

- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;

- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. Os fornecedores serão selecionados por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a. Sicaf;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- g. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.4. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos de decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.20. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.25. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal /Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.29. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.31. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.32. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.33. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.34. Tratando-se de consórcio:

8.34.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a. Designação do consórcio e sua composição;
- b. Finalidade do consórcio;
- c. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tantona fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.34.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição

8.34.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.34.5 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

8.35. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.35.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.35.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.35.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.35.4 Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

8.35.5. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.35.6 Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 14.304.43** (quatorze mil trezentos e quatro reais e quarenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 200153 - Departamento de Administração da Região IV;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 04.122.2030.5023.0000

IV) Elemento de Despesa: 339030;

V) Plano Interno: 003.040.0688.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PATRICIA ROSANA FERRAZ TEIXEIRA

Assessor II - DAR IV



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 14:12:01.

JAIRO LACERDA DE LUNA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 15:17:33.

